

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A ATUAÇÃO DOCENTE E O DIÁLOGO DEMOCRÁTICO EM AULAS DE HISTÓRIA: UM CAMINHO DE OPOSIÇÃO AO CONSERVADORISMO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Hosana do Nascimento Ramôa
Doutoranda em Educação
Universidade Federal Fluminense
hosana.nramoa@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho desenvolve uma reflexão a partir do pensamento conservador presente na sociedade brasileira, sobretudo no tocante à educação, e apresenta, através de uma aula de História, elementos na atuação docente que podem ser um caminho de oposição as ideias defendidas pela ação conservadora. Nessa direção, tendo como objetivo principal contribuir para o debate e para a luta pela liberdade de ensinar, trazemos as falas de um professor que trabalha no Município de Itaboraí, RJ. A aula intitulada “Independências na América Latina” foi lecionada em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. Seu debate foi ampliado além do conteúdo específico da temática, e, em consonância ao pensamento de Paulo Freire (2018), o professor defendeu que a sociedade em que vivemos não se constituiu na ausência da ação humana, mas foi moldada por ela. Assim, diante de tantas disputas em torno dos significados presentes no campo educacional e de tentativas conservadoras de dominá-lo, a proposição ao diálogo de Freire e a atuação docente se apresentam como um meio de alcance à democracia.

Palavras-chave: Diálogo. Atuação docente. Conservadorismo.

Introdução

O ano de 2020 foi acompanhado por alguns desafios que se apresentaram de maneira inédita para as gerações que nele conviveram. Podemos dizer que o maior deles, a pandemia do novo covid-19 ¹, foi responsável por suscitar outros obstáculos a contornar, como o distanciamento social, o uso intenso de recursos do meio digital, a reclusão constante e tantas outras alterações do cotidiano brasileiro e mundial ².

¹ Aqui não iremos detalhar a situação, uma vez que não é este o objetivo deste trabalho, mas para mais informações: <https://oglobo.globo.com/mundo/casos-de-covid-19-no-mundo-ultrapassam-1-milhao-mortos-passam-de-51-mil-24346130> Acesso em 16 jan. 2021

² Muitos estudos e notícias têm levantado pesquisas e reflexões sobre os reflexos e consequências da pandemia na vida particular e na saúde dos indivíduos, podemos citar este artigo da UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/distanciamento-fisico-saude-mental/> Acesso em: 16 jan. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outros desafios, no entanto, não surgiram naquele ano, mas são lutas que vêm perdurando e contra as quais não podemos estagnar. Em 2020, e agora em 2021, temos enfrentado de maneira nítida um intenso movimento anticiência, anti-intelectualidade, e mesmo, antirracionalidade que figuram, por exemplo, no questionamento de instituições científicas como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e na desconsideração da eficácia das vacinas, em especial, a vacina contra a SARS-CoV-2³. Esse cenário não é desconexo dos conflitos e disputas vivenciados ao longo dos anos em território brasileiro, dentre os quais podemos citar as constantes investidas de desumanização de negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, dentre outros e uma intensa onda de ataques a direitos já conquistados (ou em processo de conquista) numa tentativa de solapá-los.

Somado ou em conjunto às iniciativas descritas acima, temos um forte impulso conservador⁴ que se manifesta desde o âmbito político até o campo educacional. Esse impulso é manifesto no Movimento Escola sem Partido (MESP)⁵, que concentra em suas ideias centrais o medo da “infiltração” da esquerda na Educação, uma agenda antigênero e a perseguição ao trabalho docente, identificando-o enquanto uma doutrinação.

Nossa preocupação envolvendo os ideais conservadores e o MESP se pauta na defesa de um processo educacional sintetizado a uma acumulação de conteúdos desvencilhados da realidade social, política e cultural do educando, muito semelhante à educação bancária criticada por Paulo Freire (2019). Inferimos que o MESP apresenta uma proposta que fere as potencialidades da Educação descritas nos princípios do Art. 3º da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), como a liberdade de pensamento, a pluralidade de ideias, o respeito à tolerância, a valorização dos profissionais da Educação e uma escola e um ensino democráticos.

Neste texto, tecemos uma reflexão em torno do pensamento conservador que ronda a educação brasileira e seus sujeitos, para compreendê-lo, conscientizando-nos de

³ Para mais aprofundamento, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/11/questionar-vacina-e-ignorancia-volta-ao-seculo-14-diz-dimas-covas.html> Acesso em: 17 jan. 2021.

⁴ Para mais detalhes, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/07/internacional/1544180778_836431.html Acesso em: 17 jan. 2021.

⁵ Para mais informações consultar o website oficial do Movimento Escola sem Partido, disponível em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em 12 jan. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sua capacidade e alcance, e, assim, estabelecer caminhos de enfrentamento. Desse modo, nosso objetivo principal visa contribuir para o debate e para a luta pela liberdade de ensinar, respeitando os educadores e os educandos, seus saberes, identidades e histórias. Como objetivos secundários, buscamos (i) compreender o pensamento conservador e suas intencionalidades para a Educação; (ii) identificar como as propostas do MESP podem afetar o ensino e o trabalho docente; e (iii) assinalar a importância da atuação docente como uma “prática da liberdade” e um meio de enfrentamento ao pensamento conservador.

Nas páginas a seguir, dividimos nossas argumentações em três momentos: (i) na primeira subdivisão discutimos o pensamento conservador e como ele tem se apresentado no cotidiano brasileiro; em seguida (ii) nos utilizamos das propostas do Movimento Escola sem Partido para evidenciar o conservadorismo na Educação e apresentar, (iii) na terceira parte deste texto, o trecho de uma aula de História, onde vemos a abertura ao diálogo e o incentivo à democracia como uma contraposição possível à ação conservadora.

- Delineando o pensamento conservador

Ler e escutar sobre uma “onda conservadora”⁶ no Brasil não é algo que suscite estranheza ao observarmos os noticiários, as assembleias legislativas e os comentários no cotidiano. Estudiosos da temática, os autores José Sepulveda e Denize Sepulveda (2020) alertam para o “recrudescimento do discurso conservador” (p. 94) nos dias atuais, o que nos leva a depreender que esse fenômeno não é novo, mas advém dos processos sociais ao longo da história. Assim, como categoria histórica, o conservadorismo se apresenta por meio do comportamento humano, que, ao conceber argumentações para situações semelhantes, possibilita identificar o desenvolver de uma cultura conservadora .

Ao se efetuar no campo da cultura, mas perpassando vários espaços sociais, o movimento conservador, segundo Sepulveda e Sepulveda (2019), se reproduz como uma retórica carregada pela capacidade de persuasão e se constitui como uma narrativa

⁶ Para saber mais sobre o uso do termo nos noticiários: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,o-que-e-ser-conservador,70003030301> Acesso em 04 jan. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de mundo em contínua disputa, carregando uma forte relação com o tradicionalismo. Tal encadeamento suscita uma marca identitária e social, o que possibilita a um segmento populacional a identificação com seus posicionamentos. O resultado dessa correlação pode ser visto na “defesa da moral e dos bons costumes” por diversos grupos, notadamente o Movimento Escola sem Partido que esmiuçaremos adiante.

Para manter a tradição e a moralidade, podemos dizer que o conservadorismo se pauta em dois elementos-chave: os “regimes de verdade” e a “naturalização das desigualdades sociais” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 100). No Brasil, a verdade que rege a atuação dos conservadores fundamentalistas ⁷ é pautada no discurso religioso cristão, que tem, dentre outras características, a tentativa de impedimento da implementação dos direitos sociais e humanos de grupos que formam as minorias, como a população LGBTQIA+, as mulheres e indígenas.

Pensar a argumentação religiosa cristã como uma verdade absoluta corrobora para a ideia de que os sujeitos precisam estar submissos às suas premissas. É o que vemos, por exemplo, na defesa cristã e conservadora da divisão binária de gênero como norma e a demonização de qualquer posição que se diferencie minimamente desta distinção. Ser contrário a uma verdade absoluta, seja ela cristã ou não, engendra um poder contra o qual qualquer oposição é concebida como mentira, como elucida Virginia Fontes (2001).

Ao traçar uma discussão em torno da questão da verdade – enfatizando o percurso histórico em sua compreensão e concebendo-a enquanto um processo constante –, Fontes (2001) destaca que em uma sociedade na qual a desigualdade é um componente acentuado, coexistirão distintas verdades, algumas convenientes a acentuação das desigualdades, outras discordantes dessa perpetuação. Neste sentido, “o pensamento conservador funciona a partir da manipulação utilitarista do conceito de diferença social, pois entende que, se todos somos diferentes, nada mais justo que a sociedade seja desigual” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 100). Sendo assim, para os conservadores, se as desigualdades sociais são naturais, então, não podem

⁷ Cabe salientar que o fundamentalismo religioso foi um movimento pautado na defesa da narrativa religiosa para reger tanto o privado quanto o público, tendo como inimigo as novidades advindas da Modernidade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

progredir as forma de luta e discurso cujo intuito é a igualdade de direitos e a suplantação da desigualdade de classes.

Resumindo, podemos dizer que o conservadorismo tem por características a anti-intelectualidade, a antirracionalidade, um posicionamento contrário à ampliação de direitos sociais, o combate a práticas revolucionárias e uma atitude antidemocrática (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019, p. 875).

Para a manutenção desse pensamento, a Educação é tida como um espaço singular, no qual há a possibilidade de realização de uma reforma moral da sociedade e, conseqüentemente, a composição de uma ordem social. Nessa prospectiva, professores teriam um papel pré-estabelecido: o de transmissão dessa moralidade e dos valores conservadores.

Essa narrativa conservadora vem ganhando força e interferindo no campo educacional através da representação e iniciativa das bancadas religiosas na esfera política, graças a uma coligação entre conservadores, agentes e grupos religiosos e setores liberais, como aponta Amanda Mendonça (s/d)⁸. Sendo assim, fica explícito que não se trata da mobilização de um grupo específico e homogêneo, mas de uma “conciliação de agentes” (MENDONÇA, s/d, p. 112) provenientes de variadas instâncias, compondo uma “coalizão conservadora” (MENDONÇA, s/d, p. 113).

Trazendo concretude a essa ação conservadora junto a um intenso ativismo religioso em defesa “da família tradicional e do cidadão de bem”, temos as atividades do Movimento Escola sem Partido, que vem agindo na tentativa de (re)definir os rumos da Educação no país, e mais especificamente, tentando delimitar a ação dos profissionais da Educação. Detalharemos acerca de suas ideias principais para entender como a atuação docente, em seu local de trabalho, tem sido qualificada como uma ameaça à sociedade brasileira.

- O Movimento “Escola sem Partido”: as tentativas de cerceamento da profissão docente e de silenciamento dos debates

⁸ Além do âmbito político e do campo educacional, Mendonça enfatiza o espaço virtual como um componente significativo na intervenção dessa “coalizão conservadora”, particularmente as redes sociais.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O Movimento Escola sem Partido (MESP) teve início no ano de 2004, constituindo-se enquanto uma “iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária”⁹ (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Seu fundador, o advogado Miguel Nagib, confere a narrativa sobre o professor de História de sua filha ter feito uma comparação entre Che Guevara a Francisco de Assis, a razão para a criação do movimento.

Como alude Mendonça, o Escola sem Partido não teve muita notoriedade logo após sua constituição, todavia, com a ação dos setores conservadores, religiosos e liberais na “coalizão conservadora”, o movimento pôde ser amplamente difundido pelo país¹⁰, propagando a perseguição e denúncia da “chamada ‘ideologia de gênero’ com a doutrinação marxista e com o clima de pânico moral estabelecido” (MENDONÇA, s/d, p. 112).

Corroborando com a perspectiva da autora, Sepulveda e Sepulveda (2019), alegam que a argumentação, o desempenho e a visibilidade do MESP estão relacionados com a teoria conservadora que responsabiliza a esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), por ser prejudicial à sociedade brasileira. Um dos malefícios causados pelo partido seria a propagação do marxismo cultural¹¹ e do comunismo, que ocorreriam em diversos espaços, inclusive na escola. Dessa forma, professores influenciados pela esquerda colaborariam com o aniquilamento da família tradicional, pois “querem transformar meninas em meninos e meninos em meninas” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 99). Por isso a urgência do movimento em evitar discussões de gênero e sexualidade nas escolas.

De acordo com Mendonça, o Escola sem Partido possui duas colunas de sustentação: a “soberania da família” e a “ideia de neutralidade” (s/d, p. 109). No primeiro caso, a família teria a primazia no referencial de mundo dos alunos, o que

⁹ Apresentação. Para mais informações consultar o website oficial do Movimento Escola sem Partido, disponível em: <<http://escolasempartido.org/>> Acesso em 12 jan. 2021.

¹⁰ Três momentos foram fundamentais para dar visibilidade ao Movimento Escola sem Partido: [i] a coluna do jornalista Ali Kamel no jornal O Globo, direcionando intensas críticas a coleção de livros didáticos Nova História Crítica de Maria Schmidt; [ii] a produção do kit anti-homofobia do MEC; [iii] a polarização da sociedade brasileira durante as eleições de 2014 (PENNA, 2016 apud MENDONÇA, s/d, 109). Amanda Mendonça acrescenta um quarto momento: as disputas em torno do PNE, aprovado em 2014.

¹¹ Baseando-se no trabalho de Antonio Gramsci, o Movimento Escola sem Partido alegava que a esquerda iria ocupar culturalmente a sociedade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

significa que a escola não poderia expor outras visões para que o estudante desenvolvesse de forma autônoma seu livre pensar, isso fica explícito no slogan “Meus filhos, minhas regras” apresentado nos materiais e atividades do MESP.

A segunda coluna de sustentação do movimento intervém no trabalho docente, nos currículos e projetos pedagógicos sob a premissa da total neutralidade que precisa acompanhar o espaço escolar e o campo educacional. A neutralidade seria fundamental para evitar debates envolvendo acontecimentos políticos e temáticas como gênero, racismo, homofobia, machismo, dentre outros.

Aos docentes caberia a função de ensinar o conteúdo de sua disciplina, evitando a doutrinação dos estudantes, já que o alunado é entendido enquanto uma “audiência cativa” (PENNA, 2018a: 114). Sendo assim, para o MESP é fulcral que os professores se limitem a instrutores de conteúdos, pois ensinar segundo suas ideias e baseando-se em suas concepções pedagógicas, leva-os a doutrinar política e ideologicamente seu alunado.

As proposições do MESP para o ensino e o trabalho dos professores se aproximam do que Paulo Freire (2019) definia como concepção bancária da Educação. Nela, a realidade seria estática e compartimentada, distante da experiência existencial dos alunos, onde os docentes depositariam os conteúdos de sua narração oca e alienada sobre os estudantes, que as memorizariam. Sucederia, então, uma “distorcida visão da educação”, onde, “não há criatividade, não há transformação, não há saber” (FREIRE, 2019, p. 81).

Tal como a prática bancária, o MESP carrega uma percepção que negligencia a historicidade dos sujeitos e nega a realidade enquanto processo. Essa passividade imposta gera uma adaptação e aceitação do mundo, de suas desigualdades sociais e verdades absolutas. Silenciar as discussões é negar a democracia e a construção do pensamento crítico, pois os sujeitos desenvolvem-se no diálogo e na ação-reflexão, como alude Freire.

A veiculação do MESP permitiu a elaboração de projetos de lei, como o Projeto de Lei nº 2974 de 2014 ¹², apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do

¹²Para ter acesso ao projeto de lei, acesse: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument> Acesso em: 13 jan. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rio de Janeiro, pelo deputado Flavio Bolsonaro. É *mister* ressaltar que tornar os princípios do movimento em projetos de lei, tendo em alguns casos, a lei aprovada ¹³, representa uma conquista para os grupos conservadores e um perigo para a identidade dos professores, que já se encontra ameaçada, como argumenta Fernando Penna (2018). O autor chama nossa atenção para o caráter antipolítico e antidemocrático do movimento, bem como, para a influência dos significados construídos pela leitura da realidade que seus adeptos realizam.

Basilar para o MESP, o pensamento conservador é carregado pela ideia de uma verdade como leitura de mundo e não se encontra aberto a modos diferentes de pensar, essa característica converge com o caráter antipolítico do movimento. Dessa forma, nega-se o debate através de um argumento de autoridade, o que encerra a discussão, não permitindo a realização de uma reflexão sobre alguma situação da vida (PENNA, 2018b: 568).

Ampliando a perspectiva de Penna, podemos acrescentar ao caráter antipolítico do MESP a recusa ao diálogo na compreensão de Freire (2019). Ou seja, a rejeição ou ausência de um diálogo caracterizado por um encontro entre sujeitos “mediatizados” pelo mundo. Esse encontro é pautado na reflexão e ação para transformação e humanização da realidade, o que significa que esse diálogo não se constitui como uma imposição, nem como o depósito de uma posição sobre os sujeitos.

Somado a sua condição antipolítica, o Escola sem Partido é antidemocrático. De acordo com Penna, ao criar um antagonismo nivelando um professor a um “militante disfarçado, abusador, estuprador, sequestrador intelectual” (PENNA, 2018a: 114), o movimento possibilitou a aparição do fenômeno “ódio aos professores” (PENNA, 2018a: 116), no qual os docentes são compreendidos como inimigos e, portanto, o

¹³ Além do projeto de lei citado, Fernanda Moura em sua pesquisa no ano de 2016, encontrou mais de 40 projetos de lei vinculados ao MESP, e pelo menos, mais 27 foram encomendados ao Escola sem Partido em Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado (MOURA, 2016 apud MENDONÇA, s/d, p. 111). Atualizando esses dados, a Revista Nova Escola, em 2018 registrou 147 projetos de lei em todo o Brasil, sendo que 108 eram ligados ao Escola sem Partido e 39 contra conteúdos envolvendo gênero. Desses 147, 12 estavam na esfera federal, 21 na estadual e 114 no âmbito municipal. A revista esclarece ainda que 18 já estavam em vigor, sendo 7 sobre o Escola sem Partido e 11 contra discussão de gênero. Ainda dos 147, 26 foram rejeitados e 103 se encontravam em tramitação (NOVA ESCOLA, 2018). Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece> Acesso em: 14 jan. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diálogo é impossível de ocorrer. Neste sentido, a característica antidemocrática “demoniza” (PENNA, 2018b: 575) quem se oponha a proposta do MESP.

Enquanto “exigência existencial” (FREIRE, 2019, p. 109), o diálogo entre professores e estudantes é imprescindível no processo educacional, pois ele é o caminho para uma “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2019, p. 97) e peça substancial para o sucessivo desvelamento da realidade. Inibir sua potencialidade é anestesiar o processo de ensino/aprendizagem, coibindo sua condição criadora e reflexiva.

Diante das facetas antipolítica e antidemocrática do MESP que recusam o diálogo, podemos depreender que destrinchar seu discurso nos ajuda a entender com mais destreza o pensamento conservador do qual ele é fruto: a formulação de que existe uma conspiração da esquerda que visa à doutrinação para corromper os cidadãos brasileiros, a começar por quem consideram mais vulneráveis, ou seja, crianças e adolescentes em uma sala de aula.

- A atuação docente e seu “perigo” para o pensamento conservador

As reflexões e críticas ao conservadorismo e ao Movimento Escola sem Partido apresentadas neste texto, nos levam a enunciar que não nos colocamos de acordo com os ideais destes movimentos. Entretanto, expô-los junto a suas propostas para a Educação foi fundamental para compreendermos porque a atuação docente se encontra entre seus principais alvos. O perigo que esbravejam encontra-se no princípio democrático presente no diálogo em sala de aula. É o diálogo entre docentes e estudantes que incomoda o MESP, um diálogo que não cessa na acumulação de conteúdos, mas que vai além, desnaturalizando preconceitos e visões de mundo, mostrando que é preciso refletir sobre as informações que chegam até nós e impulsionando-nos a agir como cidadãos e agentes históricos.

Frente à tentativa de reducionismo do papel docente, temos a obra de Paulo Freire que preza por uma Educação como prática da liberdade. Ou seja, um ensino que é problematizador, reflexivo e que prioriza uma inserção crítica dos sujeitos na realidade, enxergando-os como seres no mundo e com o mundo. Mais do que isso, trata-se de uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relação entre educador e educandos, usando os termos do autor, que se efetive pelo diálogo democrático, onde não há a dominação e nem o silenciamento de uma das partes. Somado a isso, temos a assertiva de Sepulveda e Sepulveda (2020) de que a democracia é um caminho possível ao enfrentamento do conservadorismo, porquanto ela é concebida como uma luta em prol dos grupos identitários e contra as desigualdades de classe.

Assim, se faz essencial declarar que prezamos por uma escola e uma Educação que priorize a democracia, a laicidade e o desenvolvimento do pensamento crítico, construídos pelo diálogo e pela convivência da pluralidade e diversidade de ideias e sujeitos, cujo horizonte seja uma sociedade igualitária e digna. Para marcar este parecer, notabilizamos a potencialidade do diálogo democrático presente em uma aula de História.

O trecho de aula selecionado faz parte de nosso acervo empírico particular, elaborado no ano de 2018¹⁴. Realizada no dia 22 de outubro daquele ano, a aula é fruto do trabalho de um professor que é formado em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ - FFP), Mestre em Ciências Sociais pela UERJ e professor há mais de 10 anos.

A escolha do docente ocorreu porque já o conhecíamos antes da realização da pesquisa. Observamos suas aulas em uma Escola Municipal, na cidade de Itaboraí, RJ, fazendo anotações em nosso caderno de campo, enquanto o gravador as gravava em arquivos de áudio. Selecionamos para este texto a aula intitulada “Independências na América Latina”, lecionada em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. Nela, podemos vislumbrar o diálogo defendido por Freire e a democracia tão cara a Sepulveda e Sepulveda, que tanto ameaçam ao pensamento conservador do MESP.

Hoje em dia, falem pra mim: vocês acham que o Brasil, a gente está em época de eleição, não tá? Domingo agora vem uma eleição, tá todo mundo achando que Bolsonaro vai ganhar, beleza, vamos lá, vocês acham que em todos os projetos dos candidatos a presidente envolvem um país que cuida

¹⁴ Optamos por trabalhar com essa aula neste texto porque ela fez parte de nossa pesquisa realizada para o Mestrado. O trecho utilizado pode ser encontrado na dissertação “Produção de presença e produção de sentido nas aulas de História (Tempo, formação e saberes no trabalho docente)”, de orientação do Prof. Dr. Everardo Paiva de Andrade no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense. Contudo, cabe ressaltar que os referenciais utilizados para sua análise na dissertação e neste texto são diferentes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos pobres? [Alunos: Não] Não? Vocês acham que tem projeto de candidato a presidente que não tá nem aí pra pobre, pra negro, pra índio, tem projeto assim? [Alunos: Tem] Eu não sei, eu não estou sabendo nada de política. Tem projeto desse jeito, não tem? Essa mentalidade, presta atenção principalmente os senhores, os senhores já votam, não votam? [Alunos: Não; Eu vou votar só ano que vem] Então presta atenção porque o ato de votar é um ato de homem, um homem adulto, não um ato de um menino, é um ato de uma mulher adulta, não é o ato de uma menina. Pensem como adultos responsáveis, o ato de votar é o ato de construir seu país. Eu sei que a importância do que eu vou estar falando é limitada porque vocês vão ainda viver muito, mas é importante que vocês saibam o peso que isso tem. Então presta atenção, vamos lá, todos os projetos desses presidenciáveis, qual deles tá dizendo assim: eu vou combater a pobreza, eu vou combater o racismo, tem? [Alunos: Não] Ou tem gente que fala o contrário? Essa gente que fala o contrário representa um projeto nacional, de construção de nações na nossa América Latina. Um projeto branco, elitista, ou seja, os ricos mandam e quem tá embaixo? Os pobres, os mestiços, os negros, os indígenas. Essa gente fica onde? Vocês sabem que lá no norte do país tem conflito de índio com fazendeiro. Fazendeiro representa, a maior parte das vezes, a elite. Fazendeiro quer tomar a terra do índio. Tem candidato por aí dizendo que vai acabar com muitas reservas indígenas porque diz que isso é riqueza desperdiçada. Vem cá, você gostaria se tivesse, se a sua casa tivesse uma terra fértil, tivesse uma riqueza na sua casa, você gostaria que outra pessoa entrasse e dissesse: eu vou explorar essa riqueza que você não quer explorar, você acha isso certo? [Aluno: se eu não quiser eu deixo] Aí você vira o que, mendigo? [Aluno: você tá falando o que uma parte do quintal?] Não, uma parte da sua casa [Aluno: Aí não] A casa é sua, o território é seu, você faz o que quer com ele, você deixaria assim? Eu não mereço mesmo não porque eu não quero explorar, você acha que faz sentido? [Aluno: Não, não faz sentido, mas se eu não quisesse, deixa pra que quer] Aí você entrega? Levanta o dedo quem concorda com essa ideia. Vamos lá, continuando, quem é o primeiro habitante dessas terras aqui? [Alunos: os índios] O índio é o primeiro habitante. Todos nós que estamos aqui estamos em terras retiradas dos índios, onde construímos nossas cidades. Os últimos representantes dos índios estão em reservas. A mas o cara usa bermuda, camisa do Brasil, não interessa, você também não usa saia igual ao primeiro português que veio pra cá. Se você modernizou-se, por que o índio também não pode mudar, precisa se vestir com a bunda de fora, como eram seus ancestrais tempos antes? Acreditamos que todos temos direito a mudar com o tempo, mas o índio não, o índio tem que ficar para sempre daquele jeito pra poder ter direito a terra de seus ancestrais? É isso mesmo? Pense. Minha amada, você aí atrás se você tem a sua casa e tem um monte de gente de olho em pegar a sua casa e você só tem direito a essa casa porque você tem que ficar para sempre usando a camisa da escola, você acha isso certo? Você não acha certo que você possa mudar os seus hábitos, mas ainda continuar tendo um direito a terra dos seus ancestrais? Essa é a discussão. Aqui na sala de aula, muita gente vai sair pensando as mesmas coisas de quando entrou, mas a sala de aula pode ser um poder mágico na vida de vocês, sim, muitos, é possível talvez uma minoria, pode sair daqui porta afora e ter se transformado, ter descoberto que a vida

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não é como ele pensava, que o mundo não é tão simples, que estamos sendo enrolados mais uma vez na História. Mais uma vez. Que estamos todos nós aqui repetindo um discurso que ouvimos muito na televisão e que é muito interessante pra quem é dono daquela rede de televisão, que a gente repita aquele discurso e a gente abra mão de nossas riquezas, de nossos direitos, isso tá acontecendo. Quando a conquista da América se deu, se deu através do roubo das terras indígenas, da exploração desumana do trabalho indígena, do negro. Quem é a maior parcela de pessoas que estão nas favelas? São brancos? [Alunos: Não; são negros; depende] Depende de que? As lutas na América, a pobreza nas Américas está sempre relacionada a isso aqui: raça. E professor, tem racismo no Brasil? Não, acha que não, tem certeza que não tem? Não tem não, não tem racismo, todo mundo tem as mesmas oportunidades. Como assim? De onde você tirou essa ideia absurda? Se todos tivessem as mesmas oportunidades haveria muitos ricos negros. Mas não é isso que acontece, nós somos um país em que a grande maioria negra é mestiça. E olhem os políticos, a maior parte é o que? A mas, Joaquim Barbosa é negro. Um ministro negro em toda a história do STF, um. Vocês vão dizer que existe igualdade de oportunidade aqui? Fala sério! Tomem vergonha cidadãos brasileiros. Assumam o papel histórico de vocês. Essa realidade aqui, vocês estão vendo isso aqui? Peraí [Colocou uma cadeira em cima da mesa] Vocês estão vendo essa bagaça aqui? Estão vendo isso aqui? O que que é isso aqui? [Alunos: uma cadeira] Essa coisa aqui deu numa árvore? [Alunos: Não] Então deve ter sido encontrado numa mina. [Alunos: Não] Então foi Deus que tacou um raio e criou isso aqui. [Alunos: Não] Quem construiu isso aqui? [Alunos: o homem] O homem [O professor falava e dava algumas batidas na cadeira] Igual à realidade social que vocês vivem, não foi Deus quem criou, foi o homem. Todas as injustiças que vocês estão vendo aqui é obra da gente, então se é obra do homem nós podemos mudar. É aí que entra vocês, não existe essa de que porque a vida é assim, sempre vai ter alguém que vai sofrer, que vai ser explorado, o outro vai se dar bem. Vocês tem que buscar o pensamento que transforme vocês em agentes históricos, em gente capaz de mudar o país com um belo voto. Vota em alguém que respeita o seu lugar de mulher, o seu lugar de negro, seu lugar de índio, que respeita o seu lugar de pessoa que vive na periferia, respeita a sua dignidade, que busca melhorar o seu bairro, eleição de prefeito é daqui a dois anos. Melhorar seu bairro, combater o preconceito que te discrimina porque essas coisas nós construímos historicamente. Historicamente o racismo foi construído, historicamente ele pode ser destruído. Depende de quem? De mim? [Aluna: Também] Quem falou também? Isso aí. Depende de todos nós.

Optamos por colocar o trecho da aula na íntegra devido à riqueza do diálogo entre docente e discentes. Além disso, tendo em vista nosso intento em ressaltar a potencialidade de um diálogo democrático, crítico e problematizador, não há sentido recortar as falas.

Ao observar as palavras do professor junto à reação e resposta de seus alunos, entendemos porque o discurso conservador do Movimento Escola sem Partido teme

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma atuação docente pautada em uma Educação que visa à democracia e à ação-reflexão. Tal como propõe Freire (2019), o docente não se detém a inundar seus alunos de um conteúdo imposto e limitado concernente a uma concepção bancária da Educação, que propicia a alienação dos sujeitos e a manutenção da ordem vigente. Também não vemos em sua fala a constituição de uma realidade estática, que mistifica os acontecimentos e naturaliza as circunstâncias presentes.

A realidade, para nosso professor, é construída pelos sujeitos e por eles pode ser alterada, o que significa dizer que ela é um processo e se encontra em constante transformação. Essa característica processual do mundo é primordial para uma prática problematizadora que vise uma Educação para a liberdade de educadores e educandos, favorável a consciência e autonomia do pensar, na percepção de Paulo Freire.

O trecho de aula citado é significativo, pois nele fica evidente que nosso professor – como tantos docentes de diferentes áreas do currículo educacional –, busca realizar um trabalho que o coloca, em conjunto com seus alunos, a questionar a realidade. Enxergando a sua própria presença nela, a atuação docente procura, por meio do diálogo, elaborar uma autêntica forma de pensar e agir, reconhecendo que reflexão e ação não estão desconectadas. Como argumenta Freire:

A educação autêntica, repetamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. (FREIRE, 2019, p. 116)

Diante da proposição educacional problematizadora de Freire, somos levados a levantar algumas indagações sobre a aula acima: Questionar os alunos – que são sujeitos com experiências, histórias e perspectivas de mundo –, sobre as propostas de candidatos a um cargo público não é exercer e impulsionar o exercício de cidadania e da prática democrática? Explicitar historicamente a exploração de territórios indígenas, bem como a violência e negação de oportunidades a estes grupos e a população negra não é incentivar o pensamento crítico e olhar histórico? Falar sobre a realidade do aluno não é dialogar democraticamente sobre o mundo e suas construções sociais, conceituais, políticas e culturais?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O debate da aula foi ampliado para além do conteúdo específico dos processos de independência na América Latina, o que suscitou intensas colocações de nosso docente, explicitando que não entende a si próprio, nem os estudantes como desligados do mundo. Pelo contrário, em consonância ao pensamento de Freire, o professor defende que a sociedade em que vivemos não se constituiu na ausência da ação humana, mas foi moldada por ela. Portanto, se vemos tantas possibilidades em um só trecho de uma aula de História ao abordar temáticas que precisam estar em constante debate, então, por que discutir temas atuais, política e preconceito, dentre outros assuntos, tem levantado tantas críticas e perseguições pelo movimento conservador à atuação docente?

A resposta a essa pergunta pode ser delineada pela obra de Freire. O autor defende que o amálgama entre o pensar crítico, o diálogo e a ação no processo educacional são capazes de nos inserir na temporalidade, gerando a compreensão dos sujeitos como “refazedores permanentes” da realidade social, histórica, política e cultural. Essa potencialidade é nociva as “elites dominadoras” (FREIRE, 2019, p. 118), a quem, como bem argumentou nosso docente, é satisfatório a “imersão na consciência oprimida” (FREIRE, 2019, p. 118), numa passividade que condiz com a continuidade das desigualdades sociais e das “verdades absolutas” (FONTES, 2001).

Uma Educação bancária, sem diálogo, antipolítica, antidemocrática e que enxerga nos estudantes uma “audiência cativa” e nos professores uma ameaça à família e à sociedade, como apresenta o Movimento Escola sem Partido, não pode contribuir para modificar as realidades existenciais dos sujeitos e nem para que estes percebam “criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que e em que* se acham” (FREIRE, 2019, p. 100). É a manutenção da realidade – enquanto naturalizada e estática, com seus preconceitos, intolerâncias e relações de poder –, que é estrangida e intimidada pela conscientização, reflexão e ação do diálogo e da prática democrática entre docentes e discentes dentro de uma Educação para a libertação dos sujeitos.

Conclusões

Relacionando o pensamento conservador às propostas do Movimento Escola sem Partido, este trabalho destacou a atuação docente como um alvo desta associação e, ao mesmo tempo, como um possível meio de enfrentamento aos discursos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conservadores que limitam a Educação a um ensino bancário, não dialogando com a realidade e reduzindo o educando a uma audiência cativa e os docentes a doutrinadores.

Tendo em vista nosso objetivo central de contribuir para a luta em prol de uma Educação que respeite professores e alunos, este texto salientou a importância da atuação docente e de seu diálogo com os estudantes em sala de aula. A potencialidade desse diálogo, amalgamando reflexão e ação, excede as paredes da escola, sendo capaz de ampliar horizontes e percepções da realidade e de construir um processo de ensino-aprendizagem pautado na democracia e no respeito aos direitos humanos.

Essa potencialidade pôde ser identificada na aula do professor acompanhado. No trecho apresentado, em consonância com o conteúdo temático da aula, o docente levou seus alunos para o centro de sua fala, compondo um diálogo que viajava entre a realidade dos próprios estudantes e a sua e, ao mesmo tempo, os colocava no lugar de outros sujeitos. Essa movimentação nos indicou a efervescência de um olhar e uma experiência democrática de aula, desnaturalizando a visão considerada natural pelo movimento conservador de “desigualdade social” e “sociedade desigual” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020, p. 100), em favor de uma visão processual e de constante transformação da sociedade e das leituras que fazemos da realidade.

Frisamos, no entanto, que a aula citada não constitui um exemplo a ser imitado, pois reconhecemos a originalidade de cada aula, bem como de cada atuação docente e dos singulares diálogos que se estabelecem entre professores e estudantes. Todavia, o trecho utilizado evidencia a possibilidade de um diálogo democrático e da atuação docente na busca por temas que desenvolvam a consciência e a ação, que segundo Freire, “é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2019, p. 121).

Em conformidade com as críticas tecidas neste texto, constatamos que o MESP propõe uma concepção de Educação semelhante à que Paulo Freire desaprovava, permeada por conteúdos impostos e que desconhecendo os sujeitos enquanto seres históricos, não permite sua “*inserção crítica* na realidade” (FREIRE, 2019, p. 98). Dessa forma, sob a capa da moralidade e dos preceitos cristãos, o pensamento conservador junto ao MESP intenta uma manutenção e perpetuação das desigualdades sociais ainda tão presentes no cenário brasileiro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em suma, as análises e reflexões que provêm do estudo realizado, nos levam a inferir que a capacidade de alcance da Educação concorre com a ameaça que a mesma apresenta ao movimento conservador e ao MESP, ou seja, a perspectiva de humanização dos sujeitos e a oportunidade de “reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades” (FREIRE, 2018: 80), somados a possibilidade de desmistificação das relações sociais e de conscientização, enquanto ponte de alcance a um horizonte possível de mudanças.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 Dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jan.. 2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 2974/2014. **Cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola sem Partido”**. Brasília: 13 mai. 2014. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument> Acesso em: 13 jan. 2021.

“ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação”. [S.l.],2014-2017.Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, 256p.

FONTES, V. História e Verdade. In: Frigotto, G. e Ciavatta, M. (Orgs). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. RJ: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Amanda André. Projetos para educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral. **Revista Communitas**, V2, Edição Especial: Conservadorismos: políticas e educação, pp 106-120. s/d.

ANNUNCIATO, Pedro. Menor do que parece: Desde 2014, apenas 18 projetos de lei entraram em vigor. **Revista Nova Escola**. Edição 311. Ano 32. Abril, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece> Acesso em: 14 jan. 2021.

PENNA, Fernando de A. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018a. p. 111-130.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PENNA, Fernando de A. **O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”**: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018b.

SEPULVEDA, Denise e SEPULVEDA, José A. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019.

SEPULVEDA, Denise e SEPULVEDA, José Antonio. Laicidade do Estado e da educação Valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 14, n. 28, p. 91-105, jan./abr. 2020.